



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0203932-3

COMARCA:

RECIFE - 29ª VARA CÍVEL

APELANTE:

MINISTÉRIO PÚBLICO

APELADO:

JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR:

DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL
- EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO
PROCESSUAL - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO
PESSOAL DA PARTE - AFRONTA AO ARTIGO 267
§1º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - SENTENÇA
NULA - APELO PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

3525
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0203932-3, em que figuram como Apelante MINISTÉRIO PÚBLICO e como Apelado JUSTIÇA PÚBLICA, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam, por unanimidade de votos, dar provimento ao apelo para anular a sentença e determinar o regular prosseguimento do feito, tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 05 de fevereiro de 2010.


Dês. José Carlos Patriota Malta

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta
SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0203932-3
COMARCA: RECIFE – 29ª VARA CÍVEL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Trata-se de Apelo tirado contra sentença proferida em Ação de Usucapião Especial, que julgou extinto o processo sem julgamento do mérito com fulcro no art. 267, II, do CPC.

Irresignado o Órgão Ministerial ofereceu apelação, às fls. 22/23, pleiteando o provimento do recurso para a anulação da sentença, e via de consequência seja determinado o regular prosseguimento do feito.

Sem contra-razões.

Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opinando pelo provimento do recurso (fls. 50/51).

É o Relatório.

Deixo de remeter os autos à consideração do Douto Revisor, por força do enunciado no parágrafo único do artigo 76, do RITJPE.

Inclua-se em pauta.

Recife, 12 de janeiro de 2010.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. Patriota Malta

60
232

APELAÇÃO CÍVEL Nº 203932-3
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO DO RELATOR

- Trata-se de recurso de apelação interposto contra sentença proferida, originariamente, pelo Douto Juízo de Direito da 1ª. Vara de Sucessões e Registros Públicos da Capital, que extinguiu sem julgamento do mérito, por abandono processual, Ação de Usucapião Especial promovida por JOÃO ANTÔNIO DE LIMA;
- Do exame dos autos, verifico que o Juízo *a quo* despachou (fl. 18) determinando a intimação do Autor para cumprir diligência requerida em Cota pelo *Parquet* (fl. 17);
- O Sr. Chefe de Secretaria certificou (fls. 19), acerca do transcurso do prazo do despacho, sem a adoção das providências necessárias para a regular tramitação do processo, por parte do Demandante;
- O Dr. Juiz da causa, diante do silêncio autoral, de logo, decretou a extinção do processo na forma do artigo 267, inciso II, do Código de Ritos, sem antes proceder com a intimação pessoal da parte para promover o andamento do feito, afrontando, assim, norma processual disposta no artigo 267, § 1º, do CPC.
- Sem maior necessidade de aprofundar o exame do tema, constato assistir razão ao Apelante, por ser expressa a determinação legal de que, na hipótese, a intimação deverá ser pessoal e, do exame dos autos, constato a veracidade do defeito apontado.

Por conta dessas considerações, voto para dar provimento à Apelação, decretando a nulidade da sentença recorrida nos termos do pedido.

É COMO VOTO: Recife, 02/02/2010.
[Assinatura]